

1ª CONVENÇÃO CIDADÃ DA AÇÃO IANDA GUINÉ! DJUNTU

RELATÓRIO FINAL

Trabalho das Organizações da Sociedade no
Setor da Educação

Consultor: Lamine Sonco

2024

Índice

ÍNDICE DE TABELAS	II
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	III
INTRODUÇÃO	1
1. OBJETIVO (DO ESTUDO).....	3
2. METODOLOGIA (DO ESTUDO).....	3
3. ENQUADRAMENTO DO SETOR EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU	3
4. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU	4
5. ACESSO, EQUIDADE E CONCLUSÃO DOS CICLOS DO ENSINO BÁSICO	5
5.1. <i>Qualidade educativa no Ensino Básico e Secundário</i>	6
5.2. <i>Escolarização das raparigas</i>	7
6. ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	8
6.1. <i>Qualidade de Alfabetização e Educação Não Formal</i>	9
7. ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	9
7.1. <i>Qualidade da formação profissional</i>	10
8. MELHORIA DA GOVERNAÇÃO E PILOTAGEM DO SETOR EDUCATIVO	11
8.1. <i>Planificação e gestão das construções de escolas</i>	11
9. COMO AS OSC ENCARAM ESTES PROBLEMAS E COMO É QUE ELAS SE ENVOLVEM NA SUA RESOLUÇÃO	12
10. AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE INTERVÊM NO SETOR	13
10.1. <i>Caraterização das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau e as suas áreas de intervenção</i>	14
11. CONCLUSÕES.....	23
12. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES	25
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

Índice de tabelas

Tabela 1: As OSC consultadas e não consultadas 13

Lista de siglas e acrónimos

AD	Ação para o Desenvolvimento
ADPP	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
AENF	Alfabetização e Educação Não Formal
AGRICE	Associação Guineense de Reabilitação e a Integração dos Cegos
ANADEC	Ação Nacional para o Desenvolvimento Comunitário
ANE	Atores Não Estatais
BAD	Banco Africano para o Desenvolvimento
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CENFA	Centro de Formação Administrativa
CIFAP	Centro de Instrução e Formação Profissional
CONAEGUIB	Confederação Nacional das Associações Estudantis da Guiné-Bissau
CNJ	Conselho Nacional de Juventude da Guiné-Bissau
DSIE	Direção de Serviço de Infraestruturas
EAGB	Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau
ENA	Escola Nacional de Administração
ETFP	Ensino Técnico e a Formação e Profissional
ESSOR	Soutien, Formation, Réalisation Association de Cooperation International
FEC	Fundação Fé e Cooperação
FED	Fundação Europeia de Desenvolvimento
FONAIFEP	Fórum Nacional da Inserção para Formação Extra-Escolar e Profissional- GB
FRENAPROFE	Frente Nacional dos Professores e Educadores
INAFOR-GB	Instituto Nacional de Formação Técnica e Profissional
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau
ME	Ministério da Educação
OGD	Organização Guineense de Desenvolvimento
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONGD	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PPM	Plataforma Política de Mulheres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAJ	Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau
RENAJI-GB	Rede Nacional dos Jardins de Infância da Guiné-Bissau
RESEN	Relatório da Situação da Educação Nacional
SENAI	Centro de Formação Profissional Brasil Guiné-Bissau
SINAPROF	Sindicato Nacional dos Professores
SINDEPROF	Sindicato Democrático dos Professores da Guiné-Bissau
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WANEP	Rede Oeste Africana para Edificação da Paz na Guiné-Bissau

Introdução

Este trabalho enquadra-se na iniciativa da 1ª Convenção Cidadã da Ação IANDA Guiné! Djuntu em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na temática da educação, com o objetivo de dar visibilidade e harmonizar às atuações das Organizações da Sociedade Civil (OSC) nacionais e internacionais que atuam no setor educativo na Guiné-Bissau.

O sistema educativo guineense está afetado por vários problemas que afetam, por exemplo, o acesso, a equidade e a conclusão dos três ciclos (1.º, 2.º e 3.º) do ensino básico. Além disso, a falta dos materiais didático-pedagógicos, a qualificação deficitária dos professores, que é caracterizada por muitas lacunas na preparação e formação pedagógica da maior parte dos professores, para além da alta taxa da repetência e de desistência dos alunos, sobretudo do primeiro ciclo do ensino básico. No que diz respeito ao ensino e formação profissional, pode-se apontar a instabilidade política e governativa (que é genérica), a escassez dos recursos humanos qualificados para este subsistema do ensino, a ausência dos recursos financeiros e materiais e falta de políticas sociais coordenadas desenvolvidas pelas diferentes instituições nacionais bem como ao acentuado fenómeno de corrupção (BAD, 2014) generalizado no país.

A educação, no seu verdadeiro sentido, deve ser encarada como alavanca de todo o processo da construção da cidadania, visando, efetivamente, servir como um instrumento para (re)erguer qualquer sociedade. Com efeito, o Estado deve desenhar e criar mecanismos que permita para que haja políticas e estratégias concretas sobre a educação, com o propósito de capitalizar o desenvolvimento dos recursos humanos, que é considerado como fator fundamental para o desenvolvimento pleno da Humanidade. Portanto, o ensino e a formação técnico-profissional deverão manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionando a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o progresso da sua vida e da sua comunidade.

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) nacionais e internacionais têm contribuído significativamente para a elevação de qualidade de vida das populações da Guiné-Bissau no domínio da educação, particularmente. Efetivamente, essas instituições têm contribuído para a elevação da gestão administrativa tanto do setor privado como do público nas áreas que estão a servir o país. Esses têm contribuído, igualmente, num elevado número de jovens empreendedores em diferentes ramos deste setor para

impulsionar o desenvolvimento do país. Em termos gerais, as OSC nacionais e internacionais tornaram-se estruturas essenciais no processo educativo guineense e como tal participam na melhoria do respetivo sistema educativo. Efetivamente, essas têm jogado o papel essencial, isto é, desempenhando a função de complementaridade da ação do Estado.

Outras ações fundamentais desenvolvidas pelas OSC nacionais e internacionais são a garantia do acesso à educação e à promoção da sua qualidade, ou seja, garantir o acesso, a equidade e a conclusão, sobretudo nos três primeiros ciclos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º) e prolongar-se pelo menos até ao ensino secundário, com foco na qualificação do corpo docente, acabando por assumir papel outrora reservado ao Estado. Em suma, as OSC nacionais e internacionais garantem grandes projetos no setor educativo guineense e esses projetos têm registado muita boa contribuição, com resultados positivos, acabando por contribuir para minimizar as dificuldades sentidas no setor educativo guineense.

O presente estudo foi conduzido com base numa metodologia qualitativa através de um processo de auscultação dos representantes de diferentes Organizações da Sociedade Civil nacionais e internacionais. O estudo pautou-se pelo recurso a instrumentos diversificados de recolha de dados, que se traduziram em análise documental e entrevistas semiestruturadas através de um questionário previamente elaborado, com linhas orientadoras bem definidas.

1. Objetivo (do estudo)

O estudo tem por objetivo produzir conhecimento e dar visibilidade às atuações das Organizações da Sociedade Civil (OSC) nacionais e internacionais na temática da educação. Ele enquadra-se no âmbito da I convenção cidadã na Guiné-Bissau, uma iniciativa da Ação Ianda Guiné! Djuntu em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

2. Metodologia (do estudo)

Este estudo foi conduzido com base numa metodologia qualitativa através de um processo de auscultação dos representantes de diferentes organizações da sociedade civil nacionais e internacionais. O estudo pautou-se pelo recurso a instrumentos diversificados de recolha de dados, que se traduziram em análise documental e entrevistas semiestruturadas através de um questionário.

3. Enquadramento do setor educativo da Guiné-Bissau

No presente enquadramento do setor educativo da Guiné-Bissau fez-se uma contextualização do setor educativo, onde se narrou a questão do acesso, equidade e conclusão dos três ciclos do ensino básico. Igualmente, foi destacada a qualidade do setor e particularmente a problemática da escolarização das raparigas.

Já no segundo ponto, abordou-se a problemática da alfabetização e educação não formal e a sua respetiva qualidade. Em relação ao ensino e à formação profissional, descreveu-se os seus desafios e a sua qualidade face à empregabilidade dos jovens, sobretudo a dos jovens das zonas rurais do país.

Importa destacar que as atuações das organizações da sociedade civil (OSC) nacionais e internacionais são uma estrutura essencial na melhoria da qualidade do ensino e, às vezes, assumem o papel que o Estado deveria assumir para garantir a qualidade do setor.

A 1ª Convenção Cidadã pretende dar visibilidade e harmonizar as ações das OSC que atuam no setor educativo guineense e, conseqüentemente, devendo para isso conhecer a sua potencialidade e os desafios que elas enfrentam ao longo das suas atuações.

4. Caracterização do Setor Educativo da Guiné-Bissau

Segundo os dados do censo de 2014, a população da Guiné-Bissau é particularmente jovem, pois os indivíduos com idade compreendida entre os 6 e os 17 anos representam cerca de 30% da população total, enquanto as crianças dos 6-14 anos, que estão em idade de frequentar o ensino básico representam 22,7% (ME, 2015). Apesar de não existir um consenso sobre o número exato de etnias representadas na Guiné-Bissau, fala-se de 20 a 30 grupos e subgrupos étnicos, numa população de menos de dois milhões de habitantes e num território de 36 125 km².

Importa sublinhar que a taxa de analfabetismo na Guiné-Bissau é muito elevada. Com efeito, segundo os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (2009), o analfabetismo entre os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos era de 49,8% (34,8% nos homens e 63,1% nas mulheres). De referir que, passado mais de cinco décadas da independência, o país continua a não dispor de dados atualizados sobre a real taxa de alfabetização das suas populações. Com base nestes factos, que são muito preocupantes, um Estado de direito só pode desenvolver-se na base de um nível de instrução moderado ou alto das suas populações. Não só que estas populações se sintam limitadas em termos dos seus direitos, mas também desemboca na sua limitação para poder ter acesso aos serviços mínimos de qualidade, como, por exemplo, a saúde, a educação, etc., acabando por criar a exclusão social, e quando se acumula o fator “deficiência” vê-se alargada a vulnerabilidade. Parafraseando o pedagogo brasileiro Paulo Freire (1975, p. 68), *a alfabetização constitui-se como um instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social.*

Para além desses fatores mencionados, existe também uma grande precariedade das infraestruturas escolares, porque a Guiné-Bissau apresenta um número insuficiente de salas de aula, o que poderá limitar as possibilidades de acolher novos alunos e contribuir para uma menor eficácia do sistema educativo. As escolas primárias públicas encontram-se sobrelotadas, sendo o rácio alunos na sala destas escolas, em termos globais, de 52/sala. Em algumas regiões este rácio é superior. Por exemplo, na região de Bafatá o rácio chega

aos 62 alunos por sala de aula. Com exceção das regiões de Bolama/Bijagós e Cacheu em que este rácio cai para 48.

Falar da educação na Guiné-Bissau, para a maioria dos guineenses, é falar de problemas que começam desde a falta de professores qualificados, de materiais didáticos até às taxas elevadas de repetência e desistência, para além da formação dos professores, pois existem muitas lacunas na formação e preparação pedagógica de muitos professores guineenses. O abandono escolar precoce é tido como um fator muito preocupante, e é prejudicial ao desenvolvimento do sistema educativo guineense. Para além de salários baixos e pagos com grandes atrasos, os professores guineenses estão longe de ver o seu trabalho ser reconhecido e recompensado, sobretudo, os que lecionam no interior do país, cuja maioria enfrenta as dificuldades de sobrevivência, às vezes, sem ordenados em dia, visto que é uma das mais penalizadas profissões na administração pública do país. Todo esse problema torna-se ainda mais complicado quando é associado às constantes instabilidades sociopolíticas do país.

Os desafios do setor educativo guineense são igualmente enormes, decorrentes dos problemas acima referidos. Com efeito, a educação deve ser encarada como alicerce de todo o processo da construção da cidadania, sendo uma ferramenta muito útil para qualquer sociedade, apesar de ser um processo lento e demorado. No entanto, é muito importante que haja políticas e estratégias concretas por parte do Estado que, entre outras, reconheça que o desenvolvimento dos recursos humanos é um fator chave. Pois, pensar a educação é pensar na melhoria das condições de vida do povo, é pensar no futuro do país e contribuir para que toda a população possa ter melhores condições.

5. Acesso, Equidade e Conclusão dos Ciclos do Ensino Básico

O sistema educativo guineense está caracterizado por vários fatores constrangedores que afetam o acesso, a equidade e a conclusão dos três ciclos (1.º, 2.º e 3.º) do ensino básico mormente. Por exemplo, na Guiné-Bissau, uma grande percentagem de crianças não tem acesso à escola, ou seja, cerca de 23% de uma geração não tem acesso à escola. Contudo, o abandono escolar faz com que uma grande parte da população em idade escolar esteja fora da escola, apesar dos primeiros ciclos do ensino básico ser obrigatório – 1.º ao 6.º ano. No entanto, a percentagem para as crianças dos 12 aos 14 anos está na ordem dos

26% e 51% para os jovens entre os 15 aos 24 anos de idade. Se analisarmos a faixa dos 9 aos 14 anos, constata-se uma percentagem maior que é de 29% das crianças que não frequentam a escola, tendo em conta a entrada tardia na escola (ME, 2015).

Pode-se ainda enumerar outros fatores, como o problema de a maioria das escolas não oferecer todos os níveis de ensino completo (Fazzio, Silva & Mann, 2011); O fator do abandono escolar; O elevado número de reprovações no sistema educativo guineense, acabando por existir uma correlação entre as reprovações e o abandono escolar e, igualmente, a entrada tardia das crianças no ensino básico, que é exposto pelas convivências entre os alunos mais novos e os mais velhos. Por vezes, esta relação não é saudável, colocando o problema ao(à) professor(a), por um lado, e por outro, estes alunos correm o perigo de começarem a trabalhar, sendo exemplo para os rapazes. No caso das raparigas é apontada a situação do casamento, que, na maioria das vezes, acontece numa idade de adolescência para algumas comunidades guineenses. Ainda, segundo o RESEN (ME, 2015), os números de reprovações são praticamente inalteráveis ao longo dos últimos anos.

5.1. Qualidade educativa no Ensino Básico e Secundário

Falar da qualidade educativo no ensino básico e secundário na Guiné-Bissau, é preciso levantar muitos condicionalismos a começar desde a própria falta de formação qualificada dos professores deste subsistema de ensino, da falta das infraestruturas escolares adequadas, a falta de bibliotecas, dos laboratórios, das salas de informática e dos materiais didáticos tanto para os professores, assim como para os alunos. E não menos importante, pode-se mencionar, por exemplo, o tempo de aprendizagem que é muito escasso, fala-se numa média de 4 horas letivas diárias.

Quando se tiver estes recursos disponíveis, pode-se começar a desenvolver habilidades dos alunos e a pautar-se pela qualidade do próprio sistema educativo da Guiné-Bissau, o que poderá levar os alunos adquirem competências que vão ajudá-los a inserirem-se, no futuro, no mercado de trabalho. Importa referir que, quase nenhuma escola do país está equipada de recursos pedagógicos que garantam a qualidade educativa, comparando, por exemplo, as nossas escolas das da sub-região africana.

Face a esta problemática, o Estado da Guiné-Bissau engajou-se em proporcionar a qualidade do sistema educativo, e no o sentido de contribuir para a melhoria e elevação

do sistema educativo nacional e garantir a sua qualidade, que constitui o quadro normativo legal no âmbito da educação, a Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau – LBSE (ME, 2011), no seu artigo 1.º, n.ºs 3, 4 e 5, refere o seguinte: por *direito à educação* entende-se o direito social, reconhecido a todos, a um permanente processo formativo, em ordem à consecução do pleno desenvolvimento da personalidade humana, democracia e progresso social; a iniciativa e a responsabilidade pelo desenvolvimento do sistema educativo cabem a entidades públicas e privadas; e o âmbito geográfico do sistema educativo é o território da Guiné-Bissau, sem prejuízo de, nos termos do art.º. 39.º, poder ser alargado às comunidades guineenses no estrangeiro. Retomado na Constituição, artigo 16.º, n.º 1, “a educação visa a formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso”.

Por outro lado, a LBSE no art.º. 3.º na sua alínea g) sustenta que a ambos os sexos sejam garantidos a igualdade de oportunidades (parecem ser as oportunidades de acesso e de qualidade).

De referir que Carta Política do Setor da Educação na Guiné-Bissau (2017) descreve as ações e medidas de forma a garantir a equidade social e de género no acesso do pré-escolar ao ensino secundário e técnico-profissional, para evitar que os alunos com qualificações necessárias sejam penalizados, devido ao fator género, origem social ou local de residência, assim como da condição física (deficiência).

5.2. Escolarização das raparigas

5.2.1. As disparidades ligadas ao género

Como é sabido, as características individuais, sociais ou demográficas dos indivíduos podem influenciar os seus padrões de escolarização, por exemplo, o acesso à educação ou as aprendizagens dos alunos, todos estes fatores, dependem também de características, como do género. A política educativa que garante o critério de equidade é aquela que proporciona a cada criança as mesmas condições de acesso na base do mérito e nunca atributos pessoais dos quais não tem controlo, sendo educação um capital humano determinante para o desenvolvimento económico e social.

O RESEN (ME, 2015), numa análise feita sobre a disparidade ligada ao género nos níveis de ensino, constata-se que tanto no pré-escolar e assim como no ensino primário as meninas tiveram mais oportunidades de escolarização do que os meninos e nos níveis mais avançados o papel é invertido, uma vez que os meninos tiveram nitidamente mais oportunidades de ser escolarizados nos níveis pós primários do que as meninas. Nas oportunidades de acesso ao 1.º ano do ensino básico parece não haver uma diferença muito significativa entre meninas e meninos (4,5%). Uma diferença a favor dos meninos neste nível de escolaridade no ensino básico. Parece que o perfil de escolarização confirma o facto de as meninas terem tido as mesmas oportunidades que os meninos no acesso ao primário, apesar de esta situação se degradar à medida que as meninas avançam para os níveis superiores do sistema educativo.

6. Alfabetização e Educação Não Formal

A *Carta Política do Setor da Educação na Guiné-Bissau* (2017) prevê a melhoria da gestão e da pilotagem para uma melhor organização e uma melhor gestão deste subsetor a partir das atividades a serem realizadas. Neste quadro, pretende reforçar as competências dos responsáveis pela alfabetização, desenvolver e implementar mecanismos de monitorização da avaliação e disponibilizar o material didático e de aprendizagem. Igualmente, prevê o desenvolvimento institucional e o reforço das competências da administração responsável pela Alfabetização e Educação Não Formal com vista a melhorar a monitorização e o acompanhamento da qualidade das formações, com destaque para as estruturas descentralizadas. A sua implementação será adaptada às necessidades qualitativas, à disponibilização do material didático nos centros, à implementação de um dispositivo de enquadramento pedagógico e à certificação oficial e nacional das competências dos atores.

Apesar das medidas previstas na Carta, importa sublinhar que muitas crianças e adolescentes continuam fora do sistema educativo, dada a incapacidade do Estado em poder promover uma escolarização de qualidade para corrigir o fluxo e o acesso à escola em idade tardia destes. Nesta ótica, deve criar instrumentos e políticas educativas para garantir uma escolarização de qualidade para essas crianças e adolescentes, com intuito de diminuir significativamente o número de distorção idade/nível do ensino em todo o território nacional.

6.1. Qualidade de Alfabetização e Educação Não Formal

O Plano Setorial da Educação (2017) presume a melhoria da qualidade e da pertinência da oferta dos serviços da Alfabetização e Educação Não Formal (AENF), a longo prazo. Nesta ótica, a Guiné-Bissau visa adquirir o domínio de instrumentos para o acesso a aprendizagens e a meios de subsistência sustentáveis ao longo da vida. De uma forma progressiva, a aprendizagem das línguas estrangeiras no decurso dos primeiros anos de escolaridade poderá ter um papel principal.

As políticas de qualidade da Alfabetização e Educação Não Formal - AENF desenvolvem-se em torno de certas medidas, como por exemplo, elaborar um documento de política linguística; desenvolver instrumentos jurídicos e regulamentares para a implementação de uma política linguística e introduzir progressivamente as línguas nacionais na vida oficial e pública, na imprensa e na edição; promover a língua portuguesa, o crioulo e as línguas nacionais como línguas a serem usadas no ensino, na aprendizagem de uma profissão e na qualificação profissional; elaborar e atualizar o mapa linguístico nacional; desenvolver, consolidar e difundir os modelos alternativos de educação para adolescentes dos 9 aos 14 anos e jovens dos 15 aos 25 anos; reforçar a articulação destes modelos alternativos de educação com o sistema formal de educação (geral e Formação Profissional) e a aprendizagem; criar e desenvolver uma equipa de investigação/formação que se ajuste a uma unidade funcional de documentação junto da Direção Geral da AENF; entre outras medidas.

7. Ensino e Formação Profissional

A Guiné-Bissau é marcada pelo fenómeno da pobreza, onde o índice do desenvolvimento é cada vez mais agravante. Com efeito, há fraca capacidade do sistema político e económico do país em adaptar-se às transformações da economia sub-regional e mundial. Há dificuldades de, por exemplo, encontrar respostas satisfatórias e duráveis para resolver os problemas ligados ao emprego e à qualificação profissional. Efetivamente, pode-se enumerar alguns fatores, por exemplo, instabilidade política, a escassez dos recursos humanos qualificados, a ausência dos recursos financeiros e materiais e falta de políticas sociais coordenadas desenvolvidas pelas diferentes instituições nacionais bem, como ao acentuado fenómeno de corrupção (BAD, 2014). De acordo com Banco Africano para o Desenvolvimento – BAD (2014), os jovens são os principais grupos à procura de

emprego, visto que estes foram marginalizados pelo sistema escolar, e mesmo qualificados não têm oportunidade de emprego, a par das mulheres, das pessoas com deficiência, das populações excluídas, cujas famílias, pela sua extensão e nível de rendimento, encontram-se marginalizadas, e acima de tudo são os desempregados de longa duração. Ainda conforme o BAD, o jovem rural enfrenta maiores riscos de desemprego ou de subemprego, o que conduz ao êxodo rural e a práticas marginais no meio urbano. Por outro lado, os jovens provenientes de zonas urbanas também enfrentam esta dificuldade, ou porque são jovens com insuficiente qualificação e representam um grupo sensível por se depararem com dificuldades para entrarem no mercado de trabalho, ou porque são jovens quadros e não existe oferta suficiente na sociedade guineense para os absorver.

Portanto, o ensino e a formação técnico-profissional deverão manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionando a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o progresso da sua vida e da sua comunidade.

Com a criação e novas escolas de formação no país, sobretudo as ligadas às áreas técnico-profissionais e tendo em conta as dificuldades do Estado em criar condições propícias para o crescimento das empresas privadas que poderiam ajudar significativamente em empregar o fluxo dos jovens recém-formados. Efetivamente, a maioria desses jovens acaba por recorrer à imigração à procura das ditas melhores condições de vida e, uns acabam por arriscar a vida por via da imigração ilegal, ignorando por completo a essência da vida humana.

7.1. Qualidade da formação profissional

A *Carta Política do Setor da Educação na Guiné-Bissau* (ME, 2017) prevê três domínios de qualidade: a) ao nível da melhoria da pilotagem da formação técnica e profissional; b) ao nível da melhoria da qualidade de formação; e c) ao nível do desenvolvimento e diversificação da oferta. Todos estes domínios foram desdobrados em objetivos específicos e concretizáveis, ou seja, o documento prevê a melhoria da qualidade, ao desenvolvimento de uma oferta de formação profissional de inserção para os finalistas do sistema do ensino, bem como uma oferta de ensino técnico e profissional qualificante. Igualmente, o Ensino Técnico e a Formação e Profissional (ETFP) terá uma melhor

articulação com os outros níveis de ensino e as necessidades dos setores formal e informal.

Em termos gerais, algumas Organizações da Sociedade Civil (OSC) e institutos nacionais têm contribuído significativamente para a profissionalização deste setor. Por exemplo, a escola vocacional da Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo – ADPP em Bissorã; a escola, arte e ofício de Quelelé, da ONG Ação para o Desenvolvimento (AD); o Centro de Formação Profissional Brasil Guiné-Bissau (SENAI); o Instituto Nacional de Formação Técnica e Profissional (INAFOR-GB); O Centro de Instrução e Formação Profissional (CIFAP) e a Escola Nacional de Administração (ENA) em substituição do antigo Centro de Formação Administrativa (CENFA). Essas instituições do ensino técnico-profissionais profissionais têm contribuído para a elevação da gestão administrativa tanto do setor privado como do público nas áreas que estão a servir o país. Esses têm contribuído, igualmente, num elevado número de jovens empreendedores

8. Melhoria da Governação e Pilotagem do Setor Educativo

A Guiné-Bissau tem sido marcada por uma instabilidade política permanente, o que contribuiu para a fragilização da administração pública com incidência no domínio da gestão económica e financeira do país. O setor educativo não foge à regra. Para responder a este anseio da população estudantil, o Estado da Guiné-Bissau, através do *Plano Setorial de Educação* (2017), prevê estratégias para a melhoria da governação e pilotagem do setor que passam pela gestão de fluxo dos alunos, pelo reforço do papel dos pais e encarregados de educação e das comunidades, pela gestão dos recursos humanos, pela gestão pedagógica, pela gestão financeira e administrativa do setor e pela planificação e gestão das construções de escolas, apesar de estas últimas gestões terem a sua importância na condução da eficácia do setor, tendo em conta a sua particularidade, pois estas gestões são na sua maior parte da responsabilidade do Estado.

8.1. Planificação e gestão das construções de escolas

A Guiné-Bissau defronta-se com uma série de dificuldades na gestão das construções das infraestruturas escolar, devido à falta de meios financeiros. Tendo em conta estes desafios, o Ministério da Educação – Plano Setorial da Educação (ME, 2017), decidiu

desenvolver e implementar mecanismos e atividades a começar pela escolha dos locais de implantação das novas construções, conforme às prioridades e às normas de um mapa escolar concertado e que as competências das administrações responsáveis por planificar, supervisionar e monitorizar as construções sejam reforçadas para permitir um excelente nível de execução dos programas de construção. Para tal, serão implementadas as atividades seguintes: a) elaboração e implementação efetiva do mapa escolar (normas de abertura, de funcionamento, de construção das escolas, etc.); b) elaboração e cumprimento de um programa concertado de construções de escolas; c) conceção e implementação de um plano de desenvolvimento institucional da direção responsável pelas construções de escolas (DSIE); d) desenvolvimento de um programa de manutenção das infraestruturas educativas; e) estabelecimento de normas arquiteturais, para as construções de escolas, tendo em conta os riscos climáticos; f) identificação de práticas eficazes de envolvimento das comunidades na construção de escolas; g) realização de um estudo sobre a utilização de materiais locais nas construções de escolas; e h) simplificação dos procedimentos de pagamento das parcelas dos mercados de construção de salas de aula.

9. Como as OSC encaram estes problemas e como é que elas se envolvem na sua resolução

Na Guiné-Bissau, as dificuldades que se fazem sentir no setor educativo são o resultado da falta de definição clara das políticas e prioridades nacionais para o setor educativo, partilhadas quer a nível nacional, quer a nível dos mecanismos de coordenação de ajuda internacional. A falta de prioridades estratégicas coerentes e realistas para o setor por parte das autoridades nacionais aliadas ao desconhecimento das especificidades sociais e culturais por parte das instituições e organizações internacionais parceiras (financiadoras) faz com que as OSC tenham intervindo no setor de acordo com as suas filosofias e orientações mediante os documentados (relatórios) de certas entidades parceiras da Guiné-Bissau.

Assim sendo, as organizações não-governamentais nacionais e internacionais tornam-se estruturas essenciais no processo educativo guineense e como tal participam na melhoria do respetivo sistema educativo. Efetivamente, as ONG têm jogado o papel de complementaridade da ação do Estado.

Portanto, o Governo da Guiné-Bissau não tem conseguido assegurar à sua população os bens essenciais por falta de meios, a saber: a falta das estruturas físicas, a deficiente

formação do corpo docente, o desajuste do currículo escolar, a escassez dos recursos pedagógicos disponíveis (e.g., os manuais escolares para os alunos e guias de orientação para os professores), aliado a uma forte dependência da ajuda externa, com o objetivo de dar respostas alternativas a estas problemáticas. Neste sentido, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) têm garantido os direitos fundamentais, nesta perspetiva, o acesso à educação e à promoção da sua qualidade, ou seja, garantir o acesso, a equidade e a conclusão, sobretudo nos três primeiros ciclos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º) e prolongar-se pelo menos até ao ensino secundário, com foco na qualificação do corpo docente, substituindo em parte o Estado, quando este não for capaz de garantir esses direitos à sua população. Ou seja, o Estado tem o papel de diminuir a alta taxa de analfabetismo da sua população.

10. As Organizações da Sociedade Civil que intervêm no setor

No presente trabalho foram convidadas algumas organizações da sociedade civil para testemunharem sobre as suas ações no setor educativo guineense, isto é, estas têm assumido o compromisso junto das comunidades da intervenção em promover o desenvolvimento durável para o setor educativo. Nesta ótica, participaram nas auscultações realizadas no quadro deste estudo com vista à 1ª Convenção Cidadã as seguintes OSC, abaixo:

Tabela 1: As OSC consultadas e não consultadas

OSC Auscultadas	
	Ação Nacional para o Desenvolvimento Comunitário (ANADEC)
	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP)
	Organização Guineense de Desenvolvimento (OGD)
	Fundação Fé e Cooperação (FEC)
	Rede Oeste Africana para Edificação da Paz (WANEP Guiné-Bissau)
	Conselho Nacional de Juventude da Guiné-Bissau (CNJ)
	Sindicato Democrático dos Professores da Guiné-Bissau (SINDEPROF)
	Confederação Nacional das Associações Estudantis da Guiné-Bissau (CONAEGUIB)

As identificadas	OSC OSC não auscultadas
	Plataforma Política de Mulheres (PPM)
	Fundação Europeia de Desenvolvimento (FED)
	Fórum de Paz na Guiné-Bissau
	Associação Guineense de Reabilitação e a Integração dos Cegos (AGRICE)
	Soutien, Formation, Réalisation Association de Cooperation International (ESSOR)
	Sindicato Nacional dos Professores (SINAPROF)

Todas estas organizações auscultadas partilharam informações sobre as suas ações no domínio da educação na Guiné-Bissau. Importa esclarecer que devido ao fator temporal e o período em que as auscultações ocorreram não nos foi possível ouvir, por exemplo, a, a o, a), a e o. Não foi possível auscultar mais organizações, sobretudo a nível regional, devido a constrangimentos ligados com indisponibilidade de alguns responsáveis; indisponibilidade de deslocação ao interior, e limitações de tempo, tendo em conta o volume de trabalho de auscultações e a consulta dos documentos orientadores das políticas educativas do setor educativo da Guiné-Bissau. No entanto, acreditamos que as OSC consultadas, pela sua larga experiência no setor e no país inteiro, serão uma amostra representativa das OSC que atuam no setor da educação.

10.1. Caraterização das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau e as suas áreas de intervenção

A Ação Nacional para o Desenvolvimento Comunitário (ANADEC) - é uma organização nacional não-governamental que tem como objetivo promover, desenvolver, defender e aumentar a participação das populações, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. É uma organização criada desde 2014 na Guiné-Bissau e trabalha em sinergia com outras organizações da sociedade civil e com o governo para combater a pobreza e melhorar as condições de vida das populações. O seu eixo da intervenção consiste em formação e inserção profissional de jovens; em agricultura especificamente na apicultura e horticultura; educação pré-escolar, alfabetização dos adultos (mulheres não alfabetizadas) e socialização dos adolescentes. A ANADEC tem a sua intervenção

nestas zonas: Gabu, Bafatá, Cacheu, Cacine, Buba e Setor Autónomo de Bissau. Conta com uma estrutura reduzida de recursos humanos e limitação orçamental em manter equipa após o desenvolvimento do projeto. Com estes obstáculos permitiu ao responsável da ANADEC reconhecer as suas forças e as suas fraquezas. Os elementos da força da organização consistem em ter um espaço próprio para implementação dos projetos, uma equipa com um bom nível de formação, conhecimento das zonas de intervenção, estabelecimento de parcerias com diferentes organizações locais, capacidade de prestação de contas e estabilidade de estrutura humana, com a vontade de manter o funcionamento regular da organização mesmo sem projetos. Por outro lado, um dos elementos da fraqueza da organização baseia-se na insuficiência de recursos humanos para mobilização de fundos.

De referir ainda que com todas as dificuldades levantadas pela ANADEC, importa realçar os resultados conseguidos graças a parcerias com outras organizações, nomeadamente com a ESSOR, a OGD, a RENAJI-GB, às ações em diferentes comunidades; mais de 3 000 adolescentes socializados na promoção de atividades de cidadania, permitindo melhorar o comportamento dos adolescentes e melhorar a sua inserção a nível social. Hoje, muitos desses adolescentes são atores de mudança nas suas comunidades, apostando na escola, por via de formação profissional; capacitando mais de 100 jovens nas áreas de culinária, panificação, horticultura e avicultura; sobre atividades geradoras de rendimento e com apoio de materiais para a realização dos seus negócios e reduzir o risco de migração irregular; Formação de 90 mulheres na área de alfabetização funcional e gestão de negócios. Este grupo de mulheres recebeu um apoio coletivo na implementação dos seus negócios. Apoiando 10 jardins de infância em Bissau a reforçar a capacidade pedagógica das educadoras e com um impacto junto dos pais e encarregados da educação em apostar na educação, evitando assim, o atraso escolar das crianças, através da sensibilização feita pelas organizações de base. Os principais parceiros financeiros da ANADEC para a implementação das atividades são a UNICEF, a OIM e a União Europeia.

A Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) Guiné-Bissau - é uma organização não-governamental nacional que opera no país desde 1981 com a missão de apoiar a população e as comunidades mais necessitadas na Guiné-Bissau, através de projetos de desenvolvimento económico, social e cultural, com o objetivo de aumentar o bem-estar da população, com a sua participação ativa. A organização atua em cinco

programas principais: Educação, Agricultura Sustentável e Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Económico (empreendedorismo). A ADPP-GB começou a sua intervenção na área da educação desde 1981 com os voluntários vindos do Norte da Europa (Dinamarca), na temática de saneamento e alfabetização. Em 1996, a ADPP-GB estabeleceu a Escola Vocacional de Bissorã, com três cursos entre os quais, agricultura, construção civil, comércio e administração; em 2009, com o apoio da União Europeia, a ADPP conseguiu introduzir novos cursos, de canalização, manutenção de bombas de água, energia solar e eletricidade básica. Os principais cursos da escola vocacional estão desenhados para 11 meses e, o aparecimento de novos parceiros da organização, levou a ADPP a desenhar alguns cursos semestrais e trimestrais, dos quais o de corte e costura, manutenção e reparação de computadores, curso de manutenção e reparação de motas e bicicletas e, em 2018, com o apoio de Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) surgiram alguns cursos de especialização entre os quais, mecanização agrícola e introdução de empreendedorismo. Depois de seis meses de formação, cada grupo recebe um investimento para o Start-Up de negócios.

De salientar ainda que os programas na escola de vocação de Bissorã estão continuamente a ser ajustados às necessidades da comunidade. No entanto, "esta escola tem vindo a adaptar-se para uma educação mais inclusiva, sobretudo nas suas infraestruturas, para conseguir incluir pessoas portadoras de deficiências"(ADPP, 2021).

Durante os últimos anos, a escola vocacional reforçou o seu perfil e as suas experiências para enfrentar os desafios dos jovens de meio rural em deixarem de migrar para as cidades e situações problemáticas associadas ao desemprego jovem.

Por outro lado, a ADPP tem uma escola de formação de professores em Cacheu (Secção de Bachil), com o objetivo de aumentar o número de professores primários, altamente qualificados, especialmente nas zonas rurais, através de um ensino de três anos. Neste estabelecimento de formação, o pré-escolar começou em 2017, continuou a sua ação com a assistência aos pais e aos educadores, para poderem garantir uma boa transição das crianças para o ensino básico.

Um dos grandes desafios da organização é o incumprimento de protocolo de acordo por parte de Ministério da Educação em apoiar tecnicamente a escola vocacional da ADPP, da colocação dos professores a sair na escola de formação em Cacheu e, outro desafio é a suspensão pelo governo da Guiné-Bissau da taxa de isenção da importação pelas ONG. Em consequência, tudo isto diminuiu a dinâmica da própria organização.

O âmbito da intervenção dos projetos de ADPP é a nível nacional, tendo alcançado alguns resultados com o apoio técnico e financeiro das seguintes entidades: União Europeia (UE), Banco Africano para Desenvolvimento (BAD), Ministério da Educação Nacional, Federação Humana People to People, Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA), Instituto Camões, I.P e US Departamento da Defesa de (DoD) HIV/AIDS. Por exemplo: 2 193 jovens formados na Escola vocacional de Bissorã em competências práticas desde 1997; 200 professores formados desde 2012; Até 2021, as atividades do programa de educação beneficiaram 27.700 pessoas. De referir igualmente, a criação de algumas empresas de construção civil por jovens formados na escola vocacional e tendo muitos jovens formados em eletricidade estarem a dar contribuição na maior empresa de eletricidade na Guiné-Bissau, EAGB, assim como a colocação de alguns professores formados no centro de formação em Cacheu em diferentes regiões do país.

A Organização Guineense de Desenvolvimento (OGD) - é uma organização não-governamental que tem como missão incentivar o desenvolvimento sustentável, através da promoção de alternativas inovadoras e adaptadas ao contexto local, capazes de facilitar o acesso a conhecimentos e a oportunidades socioeconómicas que contribuam para a melhoria das condições de vida das populações. A OGD foi criada após a suspensão de atividades de uma organização internacional (SNV) que operou durante 35 anos na Guiné-Bissau. A equipe técnica local de assessores especializados em diferentes domínios de desenvolvimento e com experiências diversas decidiu criar a OGD em 2017, para continuar a trabalhar em prol do desenvolvimento do país. A OGD trabalha na componente da educação não formal e nas áreas transversais a educação, por exemplo, água, higiene e saneamento nas escolas. Trabalha com adolescentes nas temáticas que geralmente não se encontram no currículo escolar. A sua intervenção baseia-se nas regiões de Bafatá, Gabu, Oio, Cacheu e Bolama/Bijagós.

Um dos maiores problemas que a organização encontra no desenvolvimento das suas atividades é a falta de fundos para um programa consistente, de longa duração. A maior parte de vezes são projetos de curta duração, de 6 a 12 meses, com resultados consideráveis e com uma regressão por falta de continuidade dos projetos. Como também, a descontinuidade de governo que se reflete em todas as áreas, em particular da educação, através de mudança dos quadros das Direções regionais, nomeadamente dos diretores e inspetores capacitados e treinados nas escolas para desenvolver as suas atividades educativas.

A OGD, em termos dos seus pontos fortes, tem um sistema de trabalho que aposta no reforço de capacidades de diferentes atores e capacidade de conexões a nível macro, meso e micro para melhorar o sistema educativo, desenvolvendo políticas e formas de trabalhar com meninas adolescentes ligadas à saúde menstrual e saúde sexual e reprodutiva. No que concerne a fraquezas da organização, baseiam-se em falta de projetos estáveis com uma rotatividade de pessoal (80%), estando a recrutar e treinar jovens cada vez mais porque a capacidade financeira da organização não dá para contratar um profissional altamente experiente, tudo isto é um processo que não ajuda na consolidação de uma ONG.

Os resultados conseguidos pela OGD na implementação das suas atividades consiste em desenvolver um pacote formativo para meninas adolescentes a fim delas puderam desenvolver as suas competências gerais de vida, ligada a saúde menstrual e saúde sexual e reprodutiva. Estas ações ligadas à educação tiveram o apoio da UNICEF para o desenvolvimento sustentável das comunidades através das abordagens inovadoras.

A Fundação Fé e Cooperação (FEC) - é uma organização não-governamental para o desenvolvimento (ONGD) que tem como objetivo promover o desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades mais necessitadas na Guiné-Bissau. A FEC Guiné-Bissau foi criada em 2001 e trabalha em 3 dimensões da intervenção, entre as quais, na formação contínua dos diferentes atores do sistema educativo (diretores da escola, professores e educadores); No apoio à governação na definição de estratégias ou da política educativa, através da atualização dos conhecimentos dos técnicos superiores dos diferentes departamentos do Ministério a nível central e regional e no apoio com materiais de conhecimento (materiais didáticos da formação, desenhos curriculares formativos ou estudos que lhes guiam na intervenção quer de professores, educadores, dos diretores, quer dos técnicos do Ministério da Educação ou na definição da política); e também trabalha nas áreas dos Direitos e na proteção social há mais de dez anos na Guiné-Bissau. A FEC é uma organização que trabalha em sinergia com outras organizações da sociedade civil e com o governo para combater a pobreza e melhorar as

condições de vida das populações. A sua intervenção é em cinco regiões, Bafatá, Gabu, Cacheu, Quinara e no Setor Autónoma de Bissau.

Um dos grandes constrangimentos na intervenção da FEC no país consiste na má governação do país, porque a nível da governação há muita pouca formação e conhecimento na tomada de decisões, por isso, quem esteja a governar tem de ter conhecimento e uma decisão informada. As estratégias, as políticas e as orientações de qualquer Ministério têm de ser robustas em termos de conhecimento e têm que garantir que estas orientações sejam cumpridas, seja na educação, na saúde, na justiça ou na proteção social. Caso contrário, não há orientação do setor. Isto quer dizer que a educação é uma dimensão que deve ser orientada pelo Estado e apoiada pelos parceiros de desenvolvimento. Nenhuma OSC pode substituir o Estado.

Os pontos fortes da FEC na implementação dos seus programas são virados numa perspetiva holística da educação. Trabalha igualmente, de uma forma abrangente proporcionada por uma equipa estável onde a partilha de conhecimento e convivência são das dimensões que se destacam; Acompanhamento de avanços e recuos nacionais da educação e adequar às orientações nacionais; Possui uma equipa profissional especializada na educação; Apoia à governação na temática da educação do país; Tendo Investido na capacitação dos técnicos nacionais nas dimensões científica e pedagógica e tem investido em programas de intervenção de longa duração no setor, respeitando o tempo de aprendizagem e de resultados. Enquanto um dos pontos fracos desta ONGD, a FEC, é não dispor de fundos próprios.

Os trabalhos da FEC durante 23 anos tiveram um grande impacto na Guiné-Bissau, na implementação de vários projetos com resultados satisfatórios nas áreas da educação, direitos humanos e proteção social, apostando em investir numa dimensão de sustentabilidade, capacitação das pessoas através de produção de conhecimento e produções de materiais que possibilitem a aprendizagem; Crescimento de percursos das pessoas formadas nos programas com percursos profissionais e significativos nos diferentes departamentos do Ministério da Educação. Os principais parceiros financiadores da FEC na implementação dos programas e atividades ao longo do seu

percurso para o benefício da comunidade educativa guineense são a Cooperação Portuguesa, a União Europeia, a Caritas, a Unicef, entre outras.

A Rede Oeste Africana para Edificação da Paz (WANEP Guiné-Bissau) - é uma organização não-governamental fundada em 2004 com o objetivo de construir uma paz sustentável, criando assim um ambiente propício ao desenvolvimento na África Ocidental. A missão da WANEP-GB é contribuir para o estabelecimento de mecanismos de gestão e prevenção de conflitos a fim de mitigar conflitos violentos através do diálogo. A visão da WANEP-GB é ter uma Guiné-Bissau pacífica e uma sub-região pacífica onde o diálogo, a dignidade humana, a saúde, a democracia e o respeito pelos direitos humanos são valorizados. A WANEP-GB tem 5 programas chaves da sua intervenção, entre os quais, alerta precoce para a paz, estabilidade e resiliência democrática com o apoio de CEDEAO, União Africana e Nações Unidas para coleta de dados nas questões que podem trazer conflitos a nível comunitário, nacional e sub-regional; programa Mulher, paz e segurança através da emancipação de mulheres na esfera de tomada de decisão; programa juventude, paz e segurança baseado na resolução das Nações Unidas 22/50 para que os adolescentes e jovens pudessem tomar consciência do seu papel a nível nacional, sub-regional e mundial para consolidação de paz; Programa Boa Governação de apoio a realizações das eleições onde opera a WANEP a nível sub-regional e Programa de Reforço de Capacidade das Organizações Membro da WANEP-GB e entre OSC e o Estado, mais no componente de policiamento comunitário evitando conflitos comunitários, através da sensibilização e diálogo comunitário com a participação de todos atores da comunidade a fim de procurar soluções dos problemas que possam pôr em causa a paz social e boa vizinhança. A intervenção da WANEP-GB é a nível nacional e sub-regional. Na área da educação, a WANEP-GB implementou em 2023, um programa durante três meses denominado “Escola de Paz” em parceria com o Ministério da Educação, o CONAEGUIB e as Direções de onze escolas públicas, privadas e evangélicas do setor autónomo de Bissau, fazendo sensibilização sobre temáticas de extremismo violento e questões de drogas nas escolas. Um dos maiores problemas na implementação das atividades de WANEP-GB é a instabilidade cíclica do país que afeta o trabalho dos parceiros incontornáveis na implementação de políticas públicas no país. Num país instável como a Guiné-Bissau não podemos falar da consolidação da Paz.

A WANEP-GB tem como pontos fortes contribuir para o estabelecimento do mecanismo de construção de paz; tem uma parceria sólida com a CEDEAO e uma colaboração com

todas as redes dos outros países onde se pode capitalizar a experiência positiva para a sua rede. Enquanto que o ponto fraco da rede consiste no fraco engajamento das organizações filiais nas atividades da organização.

O resultado conseguido pela WANEP-GB é o reconhecimento da existência da Rede Oeste Africana para Edificação da Paz na Guiné-Bissau por parte de Estado através do Ministério da Educação na implementação das atividades da educação para uma cultura da paz nas escolas. E os principais parceiros financiadores da WANEP-GB são o PNUD e a Agência Austríaca para Desenvolvimento na implementação de programa de desenvolvimento sustentável a nível das comunidades.

O Conselho Nacional de Juventude da Guiné-Bissau (CNJ) - é uma organização que defende os interesses dos jovens guineenses e promove o associativismo juvenil e a afirmação da juventude no processo de desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau. O CNJ foi criado em 1994 e tem como missão principal advogar em defesa dos interesses das organizações juvenis membros e de adolescentes e jovens guineenses em geral. Tem uma estrutura para todo o território nacional, os conselhos regionais e os conselhos setoriais. Um dos maiores problemas desta rede juvenil tem a ver com o défice de capacidade financeira “associado à falta de contribuição das organizações filiadas e à fraca iniciativa na angariação/mobilização de recursos. Tudo isto conduz à “obrigatoriedade” do cumprimento da agenda dos financiadores em detrimento do cumprimento dos próprios programas” (Barros, 2014).

O Conselho Nacional de Juventude está dotado dos seguintes pontos fortes: recursos humanos suficientes e preparados para dar resposta à necessidade de formação e para mobilização de fundos. Os pontos fracos da rede consistem na falta de pagamento de quotas pelas organizações filiais (já referido) e deficiência em termos financeiros para cumprimento de plano estratégico da rede.

Os resultados conseguidos na área da educação tem a ver com o reforço de capacidade dos jovens na principal atividade educativa do CNJ que é a sua Universidade (espaço de formação) com aproximadamente, doze oficinas de formação desenvolvidas neste espaço permitindo reforços de capacidades de muitos jovens, colmatando a fragilidade do nosso sistema de ensino e um outro ponto forte tem a ver com um número significativo no aparelho administrativo guineense marcado pela presença de muitos jovens com a base de formação não formal a partir do CNJ. Isto demonstra um impacto dos espaços educativos da rede. De salientar ainda que mais de 3.000 pessoas beneficiaram das

oficinas de formação da Universidade do CNJ em diferentes temáticas (associativismo e voluntariado, secretariado, educação para saúde, empreendedorismo, elaboração e gestão de projetos, escola de cadetes, etc.). Atualmente, o programa educativo não formal da Universidade do CNJ integra todos os espaços educativos da rede temática afiliada (RENAJ, CONAEGUIB, FONAIIFEP, entre outras) na organização. No âmbito do programa de governo demitido, foi inscrito a institucionalização da Universidade através de um decreto como um grande desafio da rede. O grande apoio do Conselho Nacional de Juventude por parte Estado é a conceção da sua sede e circunstancialmente, teve apoios financeiros de alguns parceiros como UNFPA, PNUD, UNICEF, ENDA, PLAN-Internacional e TOSTAN para implementação das atividades de promoção de associativismo juvenil e participação das políticas públicas ligadas a educação e emprego juvenil.

Sindicato Democrático dos Professores da Guiné-Bissau (SINDEPROF) - é uma organização sindical da classe docente na Guiné-Bissau criada em 2006. Um grupo de pressão junto de governo para defesa de interesse legítimo dos professores e para o cumprimento de acordos rubricados entre as partes, incluindo a aprovação pela plenária do parlamento da proposta de revisão do Estatuto de Carreira Docente, exigência de pagamento de salários aos professores contratados, a capacitação dos professores de todas as categorias e igualmente, exigência de pagamento de retroativos aos professores classificados. É uma organização sem meios financeiros para melhor implementação das suas atividades na defesa de classe docente, muito menos das subvenções governamentais e, com uma forte dependência de cobranças de quotas não pagas pelos próprios membros, tendo uma estrutura assente no voluntariado. Um dos grandes problemas do sindicato tem a ver com o nível de eficiência organizacional e conseguir influenciar a decisão política em satisfazer a expectativa dos seus membros.

Os pontos fortes desta organização é a criação de uma plataforma de colaboração entre SINDEPROF e FRENAPROFE, uma frente comum na difusão de informação para todos os membros inscritos a nível nacional, enquanto o ponto fraco do sindicato tem a ver com a falta de colaboração de professores em fazer inscrição e falta de capacidade financeira para funcionamento da organização sindical.

Um dos resultados conseguidos pelo sindicato na implementação das suas ações tem a ver com a plataforma criada para difusão dos problemas dos professores a nível nacional.

Portanto, há toda necessidade de as organizações sindicais redefinirem a sua missão como forma de mobilizar fundos para a sua intervenção exequível na Guiné-Bissau.

A Confederação Nacional das Associações Estudantis da Guiné-Bissau (CONAEGUIB) - é uma organização que representa as associações estudantis do país. A CONAEGUIB foi criada em 2004 com o objetivo principal de defender os interesses dos estudantes e promover a educação no país. A organização também trabalha para melhorar as condições de vida e de estudo dos estudantes guineenses, com estrutura em todas as regiões do país. É um espaço de concertação das associações de estudantes na Guiné-Bissau para a criação de uma agenda nacional relacionada com o setor educativo, ou seja, problemas que afetam a vida dos estudantes (paralisação do processo de ensino e aprendizagem, infraestruturas inadequadas, qualidades de professores e falta de materiais didáticos, etc.). O maior problema da CONAEGUIB tem a ver com a falta de recursos financeiros e materiais para dinamização das atividades da confederação, sendo uma estrutura que trabalha com um espírito de voluntariado. A fraqueza da organização estudantil consiste em deficiência na mobilização de recursos financeiros e parcerias e tem como pontos fortes uma quantidade de recursos humanos disponível para contribuir na defesa dos estudantes. Os resultados conseguidos na dinamização das atividades da confederação estudantil têm a ver com a contribuição para estabilização do sistema educativo, participação na negociação entre o governo e sindicatos de professores, na diminuição de greves como forma de evitar a anulação do ano letivo. A CONAEGUIB conseguiu um apoio institucional por parte de Ianda Guiné-Djuntu na dinamização da confederação.

De salientar que a confederação tem uma parceria com uma organização nacional, Incubadora Regional de Microempresas - Cacheu (IRMEC), para o apoio na orientação dos jovens no domínio de empreendedorismo e criação de negócios nas diferentes escolas, dando apoio à comunidade educativa ao longo do seu processo de escolarização.

11. Conclusões

No âmbito do tema sobre a educação, que elegemos para a redação deste Relatório referente à 1ª Convenção Cidadã, destacamos a questão do acesso, equidade e conclusão dos três ciclos do ensino básico, a escolarização das raparigas, a alfabetização e a educação não formal, para além do ensino e formação profissional. A auscultação das

OSC permitiu-nos compreender os esforços e apoios que as OSC têm prestado ao Estado da Guiné-Bissau no setor educativo. De sublinhar, contudo, que as OSC nacionais têm reivindicado do Governo a falta de apoio, isto é, as organizações nacionais pedem do Estado a subvenção para responder aos desafios do setor. Convém ainda destacar que, em termos gerais, os projetos das OSC não são de longa duração, e como a educação é um processo que exige tempo, muitas vezes estes esforços acabam por não responder satisfatoriamente às necessidades das comunidades e, como o Estado tem dificuldade de colaborar e integrar os resultados dos projetos e dar continuidade com ações iniciadas pelas OSC, infelizmente, muitas destas ações acabam por cair no esquecimento.

Importa frisar que, apesar da descontinuidade de ações de intervenção junto às comunidades, muitas OSC com os seus projetos no setor educativo guineense têm registado muita boa contribuição, com resultados positivos, acabando por contribuir para minimizar as dificuldades sentidas neste setor.

Ao longo do trabalho, compreende-se que o Estado precisa de fazer um investimento sério no sistema educativo da Guiné-Bissau, dado que a educação é o alicerce para o desenvolvimento do país. Efetivamente, apostar na educação é investir na transformação, inovação e na qualidade de vida das populações, principalmente as populações das zonas rurais, onde o acesso a muitos serviços é limitado pela própria condição de falta de investimento nas áreas das infraestruturas, sobretudo as rodoviárias.

Ainda com as constantes instabilidades cíclicas (sociopolíticas), o país não pode esperar grandes ganhos no setor, que podia contribuir para garantir uma economia sustentável e competitiva, tendo em conta as constantes mudanças de cadeira dos gestores do processo educativo (e.g., a troca constante dos diretores gerais, de serviços e de escolas) que também poderia ter contribuído para não o avanço do país. Com efeito, esta inoperância do sistema educativo não é saudável a qualquer ator do setor começando desde o Estado, os parceiros financeiros até às organizações da sociedade civil, tanto nacionais quanto internacionais. Quando se fala das organizações internacionais o risco parece maior, por exemplo, a estabilidade dos agentes cooperantes até, em muitos casos, a questão da facilidade na aquisição dos materiais didáticos e de logística que, às vezes, precisam de se transportar para o país.

De todas as Organizações da Sociedade Civil auscultadas, há uma unanimidade, tanto nos ganhos registados pela implementação dos projetos no setor educativo, assim como também as dificuldades registadas na coordenação de ações de intervenção. Também podemos destacar a falta de coordenação de ações das OSC que intervêm no sistema educativo da Guiné-Bissau, pois muitas ações de intervenção não permitem que haja uma atuação eficaz dos agentes implementadores.

De registar que os impactos diretos das OSC e do Estado na Guiné-Bissau são diversos. As OSC têm desempenhado um papel fundamental não só na educação, assim como na promoção da democracia, na defesa dos direitos humanos e na luta contra a corrupção. Ela também tem sido um ator importante na resolução de conflitos políticos e sociais, bem como na promoção, defesa e consolidação da paz na Guiné-Bissau.

12. Principais Recomendações

As 15 principais recomendações exequíveis para a área do ensino guineense foram divididas em quatro atores, ao Estado, às Organizações da Sociedade Civil (OSC), aos Atores Não Estatais (ANE), denominadas também de outras entidades e às Comunidades ou Sociedade em Geral, de acordo com algumas recomendações registadas das auscultações feitas e de algumas recolhas bibliográficas consultadas.

Ao nível do Estado:

- Ao Estado, cabe-lhe criar políticas públicas no setor que permita construir um marco institucional para ajudar na elaboração, no monitoramento e na fiscalização de ações pertinentes ligadas à educação. Para operacionalização de ações, o Estado deve funcionar como entidade de coordenação de implementação de políticas de educação de qualidade e de inclusão, igualmente, funcionando como o fornecedor de serviços e como um interlocutor válido.

- Harmonizar as ações das OSC, sendo os parceiros do Estado e tendo o papel de complementaridade das ações deste, no que refere ao desenvolvimento do setor educativo guineense, limitando as suas ações de intervenção por meio de uma **COORDENAÇÃO**, para evitar que as OSC trabalhem de forma isolada e muitas vezes, acabando por duplicar ações de intervenção em áreas ou temáticas que não são prioritárias e elegíveis pelo Estado naquele contexto, e, às vezes, estas áreas/temáticas não se coadunam com a missão das OSC.
- O programa de desenvolvimento do setor educativo deve articular os interesses das comunidades locais numa perspetiva de atingir as metas nacionais. Para isso, deve haver uma constante concertação entre o Estado e as OSC.
- O Governo deve subvencionar as OSC nacionais sérias na área da educação para poderem ter a capacidade financeira de gerir projetos de grandes fundos. Na maioria das vezes estas organizações não têm onde conseguir ir buscar os fundos de grandes programas. Neste sentido, o Governo deve participar e contribuir com mecanismos de reforço para aumentar a capacidade de intervenção das OSC no domínio da educação. Portanto, cabendo ao Governo reforçar a capacidade das OSC nacionais na prestação de serviços junto à comunidade no modelo de planeamento participativo e de parceria local e/ou regional.
- Criação de um Observatório das Organizações da Sociedade Civil vocacionadas para acompanhar a implementação dos projetos educativos, avaliar os resultados e impactos. Igualmente, as OSC devem produzir, sistematizar e difundir informação que permita ver em que medida as ações das OSC concorrem para atingir os objetivos e as metas nacionais do setor educativo.
- O Estado deve redefinir o modelo de financiamento dos ANE, com base nas metas do plano estratégico nacional com destaque para as metas nacionais.
- O Governo deve assumir a continuidade de programas de melhoria do setor educativo para sustentar as ações de intervenção juntos das comunidades, que as OSC acompanham ao longo do desenvolvimento de um projeto, como, por exemplo, a formação contínua dos professores, a capacitação dos gestores/diretores das escolas desde o ensino básico até ao ensino superior.
- O Estado deve promover a realização de fóruns nacionais dedicados ao setor educativo, promovendo a construção de uma visão partilhada para o setor (e.g., fórum ligado ao ensino superior e de pesquisa/investigação e o fórum dos sindicatos da educação em diferentes subsistemas).

- Cabendo, efetivamente, ao Estado criar uma estrutura que permita com que haja a coordenação das OSC que atuam no sistema educativo guineense com o Governo e que funcione como facilitador na relação entre as OSC e os parceiros financiadores (ANE).

Ao nível das OSC:

- Na maior parte das vezes, as OSC não são ouvidas na identificação e na elaboração dos projetos do setor educativo guineense. Nesta ótica, para evitar que as OSC cumpram apenas as medidas determinadas pelos financiadores dos projetos, é necessário que haja uma coordenação de ações para atenuar que as sociedades não se identifiquem com os projetos educativos e que não se apropriem deles.
- As OSC, quer nacionais, quer internacionais, devem criar parcerias internas pertinentes à melhoria da implementação das suas ações e ao fortalecimento das suas posições perante os outros atores (e.g., estabelecimento de parcerias entre Universidades, Institutos de Ensino Superior, Centros (Escolas) de Formação de Professores, Institutos ligados à pesquisa, as Associações Socioprofissionais e as ONG ligadas à educação).

Ao nível dos ANE:

- Os ANE devem basear-se no conhecimento real das zonas de intervenção (e.g., ouvindo o Governo e as OSC, que são conhecedores reais da situação concreta da comunidade). Quando se ignora esta parte, os ANE acabam por cair no erro, de se basear apenas nos relatórios internacionais sobre a situação do ensino na Guiné-Bissau.
- Muitas vezes, os ANE ignoram na maioria das vezes as OSC nacionais, com pouca capacidade financeira para gerir fundos avultados. Isso acaba por limitar a intervenção das OSC nacionais/locais. Com efeito, as OSC remetem-se a simples prestadores de serviços e não a executar os grandes programas. Nesta perspetiva, esta prática recorrente acaba por limitar as ações das OSC nacionais, dado que estas organizações acabam por aparecer como cor-recorrente.
- Deve existir a coordenação entre os ANE e estes com o Estado para permitir a redefinição do enfoque do programa de cooperação/financiamento que adote uma visão alargada do setor. Nesta perspetiva, os financiadores devem ampliar os seus horizontes no sentido de modificar a abordagem relativamente ao pacote

oferecido, que se orienta numa abordagem que cruze os temas com as metas da visão estratégica educativa nacional, permitindo, assim, visualizar de que forma a intervenção de um conjunto de atores está a contribuir para alcançar as metas nacionais ao nível da educação.

Ao nível das Comunidades ou Sociedade em Geral:

Os requisitos de financiamento de apoio às comunidades (locais e regionais) devem ser operacionalizáveis, através de recursos e mecanismos de prestação de serviços especializados às comunidades. Assim, permitiria monitorizar em termos geográficos as metas regionais e projetadas ao nível dos respetivos planos e programas de desenvolvimento da educação.

13. Referências Bibliográficas

- ADPP.Guiné-Bissau (2021). Relatório de progresso. Bissau. ADPP-GB.
- Banco Africano para o Desenvolvimento (2014). *Estudo sobre a formação profissional, criação de emprego e inserção no mercado de trabalho*. Bissau: Relatório de Consultoria elaborado por Fransual Dias.
- Constituição da República da Guiné-Bissau: Promulgada a 4 de dezembro de 1996*. (1996). Bissau: Assembleia Nacional Popular e Presidência da República.
- Barros, M. (2014). A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas. (1ª ed.). Bissau: UE-PAANE.
- Fazzio, I., Silva, F., & Mann, V. (2011). *Quem são as crianças sem competências de leitura e numeracia nas zonas rurais da Guiné-Bissau?*. In *Revista Guineense de Educação e Cultura*, n.º 1, pp. 43-50, Lisboa.
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Aframento.
- Ministério da Educação (2017). *Carta Política do Setor da Educação na Guiné-Bissau (2017-2025)*. Bissau: Ministério da Educação.

Ministério da Educação (2017). *Plano Setorial da Educação (2017-2025)*. Bissau: Ministério da Educação.

Ministério da Educação (2015). *Relatório do Sistema Educativo para a construção da escola da Guiné-Bissau sobre novas bases*. Bissau: Ministério da Educação.

Ministério da Educação (2015). *Documento Orientador da Reforma Curricular do Ensino Básico (RECEB)*. Bissau: INDE – Ministério da Educação.

Ministério da Educação (2011). *Regulamento do Sistema Educativo de Avaliação para o Ensino Básico e Secundário*. Bissau: Ministério da Educação.

Ministério da Educação (2011). *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Bissau: Ministério da Educação.

União Europeia para Guiné-Bissau (2018). Relatório final de mapeamento das organizações de sociedade civil da Guiné-Bissau. Bissau. União Europeia. Nº2017/386023